

## **Dribladores: passes e impasses do racismo no futebol carioca**

### **The dribblers: passes and deadlocks of racism in carioca football**

Mary Suely Souza Barradas; Oscar Guilherme Lopes

Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

#### **RESUMO:**

O presente artigo não possui uma unidade teórica nem metodológica; seus referenciais são amplos e distintos, não defende sólidos princípios e não irá seguramente tão fundo quanto outros artigos já publicados sobre este tema. Queremos apenas nos aventurar no debate e abrir mais uma caixa de diálogo com todos aqueles brasileiros que, apaixonados pelo futebol, são verdadeiros craques, participantes ativos, e que na história do futebol contribuem com um saber intuitivo que, tanto quanto o conhecimento técnico, tático, estratégico, é sempre confrontado em cada partida, nesse campo cheio de embates, surpresas, desafios, onde, como no jogo da vida, nem tudo que se prevê ou deseja acontece. Mesmo sabendo que o real sempre nos surpreende no presente, não podemos nos permitir esquecer o passado, perder de vista a nossa memória, pois nossa memória será sempre uma forma de não botar para escanteio nossa história. E assim, seguimos, com alguns recortes, iniciando a partida com um olhar sobre a História do Brasil e, particularmente, do Rio de Janeiro na transição dos finais do século XIX e inícios do século XX, não para enquadrar o futebol em hipóteses científicas, mas para conversar com ele na sua arte plena de contradições e conflitos - sua dupla face de inclusão e exclusão, de autoritarismo e democracia - para se aproximar das surpreendentes jogadas de todos os dribladores, que estão muito além das quatro linhas de um campo de futebol.

**Palavras-chave:** Futebol, Rio de Janeiro – História, racismo, teoria do branqueamento, Psicologia.

---

#### **ABSTRACT:**

This article does not have a theoretical unity and not methodological; their referents are large and distinct, does not advocate solid principles, will surely not as deep as other articles already published about this subject. We just want to venture into the debate opening another dialogue box with all those Brazilians football lovers, who are true soccer stars, participants assets, and that in football history they contribute an intuitive knowing that as far as the technical knowledge, tactical, strategic, it is always confronted in each match, this field full of shocks, surprises, challenges, where as in the game of life not everything that is planned or we want happens. For more real than ever surprise us in the present, we can not allow ourselves to forget the past, losing sight of our memory, because our memory will always be a way not to put our story for a corner. And so we, with some cutouts, starting the match with a glimpse into the history of Brazil and, particularly, in Rio de Janeiro in the transition from the late nineteenth and early twentieth century, not fit for football in scientific hypotheses, but to talk to him in his art full of contradictions and conflicts - its dual face of inclusion and

exclusion, authoritarianism and democracy - to approach the amazing plays of all dribblers, which are far beyond the four lines of a football field.

**Key-words:** Football, Rio de Janeiro – History, racism, whitening theory, Psychology.

---

*Eles estão jogando o jogo deles.  
Eles estão jogando de não jogar um jogo.  
Se eu lhes mostrar tal qual eles estão,  
quebrarei as regras do seu jogo  
e receberei a sua punição.  
O que eu devo, pois, é jogar o jogo deles,  
o jogo de não ver o jogo que eles jogam.  
(...)  
Se eu não sei que não sei  
penso que sei.  
Se eu não sei que sei  
penso que não sei.  
(Laços, R.D. Laing)*

### **Rolando a bola no jogo social**

O fim do século XIX e o início do século XX assinalam um momento de transição na História política brasileira, marcando a passagem da Monarquia para a República, mantendo o povo “bestializado, atônito, surpreso, sem saber o que significava”, como disse o republicano Aristides Lobo. Entretanto, a tradicional visão de que a proclamação da República não passou de uma simples “quartelada” não está correta. Com a implantação da República, em 15 de novembro de 1889, não foi modificada apenas a forma de governo do Brasil, mas também houve uma mudança nas bases e nas forças sociais que articulavam o sistema de dominação no país. Após assumir a direção militar do movimento, o Marechal Deodoro da Fonseca, à frente de um pequeno contingente de tropas, desfilou pelas ruas do Rio de Janeiro, depois de ter mandado prender alguns ministros e depor o Ministério Ouro Preto. Na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, republicanos históricos, como José do Patrocínio e Benjamin Constant, redigiram a ata da proclamação da República. Em seguida, formou-se um cortejo de milhares de pessoas, percorrendo as ruas centrais ao som da *Marselhesa*... Pouco a pouco, porém, o povo foi afastado e os Estados Unidos do Brasil tornaram-se um regime oligárquico dominado pelos fazendeiros de café.

Desde essa época, o quadro social do país vinha se modificando: a população aumentou e se diversificou em termos étnicos e de ocupação com a Abolição, que despejou numerosa mão de obra no mercado e aumentou o subemprego, o êxodo rural e

a imigração. Intensificou-se a urbanização com a chegada de ex-escravos vindos da área rural e com a entrada de grandes levas de imigrantes saídos da Europa (italianos, alemães, portugueses, espanhóis). Esse aumento populacional refletiu-se nas condições de vida, sobretudo em cidades como São Paulo e principalmente no Rio de Janeiro, capital da República: carência de habitação, problemas de saneamento, abastecimento de água e higiene, epidemias como o cólera, a varíola e a febre amarela (1891), que vieram juntar-se às já tradicionais malária e tuberculose. O subemprego e a desocupação fizeram aumentar o número de indivíduos que poderiam juntar-se às “classes perigosas”, denominação dada pelas autoridades responsáveis pela segurança pública aos pobres desempregados ou chamados de “vadios”, “ociosos”, passíveis de caírem na marginalidade ou no crime, destacando-se os capoeiristas, duramente reprimidos pela polícia de costumes, pois desde a mudança do regime, em 1889, a capoeira havia sido proibida. Muitos ex-escravos perambulavam pelas ruas em busca de emprego e vários deles viviam de biscates. A presença de leprosos, loucos, prostitutas e mendigos nas ruas, aliada às altas temperaturas e à posição geográfica da cidade – espremida entre o mar e a montanha –, eram questões preocupantes para as autoridades, para quem as sujeiras e imundícies materiais e morais que assolavam a cidade deveriam ser eliminadas (ANTUNES, 1999). Cumpre notar que a violência, em todas as suas formas, fazia parte do cotidiano das classes pobres.

A predominância dos homens (56%) sobre as mulheres e o baixo índice de nupcialidade (26%) (CARVALHO, 2012) trouxeram um desequilíbrio que poderia constituir uma ameaça à instituição familiar e doméstica, como, por exemplo, os filhos “adulterinos”.

Mais tarde, as duas guerras mundiais e a crise de 1929 estimulariam o desenvolvimento industrial, o que contribuiria decisivamente para uma configuração mais diferenciada das classes sociais urbanas.

Nas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, multiplicaram-se formas urbanas de diversão, como as gafieiras, os cafés, os cinemas, o carnaval e o futebol, sem esquecer do jogo do bicho. Tipos populares passaram a aparecer nas crônicas policiais ou nos enredos de romances voltados para uma temática social. Foi o caso dos camelôs ou dos vendedores de jornais e de modinhas, de sorvetes e de vassouras, de pipoca e de amendoim.

Os centros urbanos do Sul e do Sudeste encheram-se de estalagens e de cabeças de porco, onde se amontoavam as famílias de trabalhadores. Na década de 1900,

começaram a crescer nos morros do Rio de Janeiro as favelas, habitadas pelo povo pobre expulso das suas casas pela urbanização crescente da cidade – o “Bota-Abaixo”, do prefeito-engenheiro Pereira Passos (1902-1906). No início do século XX, o jornalista Luís Edmundo descreveu em tintas carregadas a capital da República: “A cidade é um monstro onde as epidemias se albergam dançando *sabats* magníficos, aldeia melancólica de prédios velhos e acaçapados, a descascar pelos rebocos, vielas sórdidas cheirando mal”. (Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, apud SODRÉ, 1999: 280-281)

As casas de tijolo eram poucas, os cortiços se multiplicavam, nas favelas não havia esgoto nem água. Os cortiços, conhecidos como cabeças de porco (apelido derivado do nome do principal cortiço da cidade), não diferiam muito das favelas. Neles, habitavam cerca de 2 mil a 4 mil pessoas.

O sonho de transformar o Rio de Janeiro em uma metrópole do tipo europeia – Paris era tida como o modelo ideal de uma cidade civilizada – terminava no Cais do Porto (atual Avenida Rodrigues Alves, hoje em obras do projeto *Porto Maravilha*). Como vimos, as condições de higiene eram as piores possíveis e as epidemias se multiplicavam. A má fama chegou inclusive à Europa, onde o Rio de Janeiro era conhecido pelo epíteto de “Cidade da Morte”. Tornava-se necessário substituir a antiga cidade escravista e de feição acanhada – herança colonial – por uma cidade moderna, realizando o projeto republicano de romper com o passado monárquico e escravocrata.

O governo Rodrigues Alves (1902-1906) decidiu modernizar a capital da República, com o propósito de transformá-la na “Paris dos Trópicos”, contando para isso com o prestimoso auxílio do prefeito nomeado Pereira Passos, representante do chamado “autoritarismo ilustrado”. Era necessário adequar o Rio de Janeiro à nova situação imposta pela dinâmica das mudanças internas e externas. Para tanto, o governo inaugurou uma política que poderia ser chamada de modernização autoritária, desapropriando as habitações próximas ao cais, alargando as ruas e construindo novas praças e avenidas, das quais a mais importante foi a Avenida Central (atual Rio Branco), que se tornou a principal artéria da cidade, ligando o Cais do Porto, que também foi modernizado, ao Centro da cidade.

Outra preocupação do governo era com a saúde pública, corolário da política higienista então em voga, expressão da aliança do poder público com a ciência médica da época, em que, com a finalidade de evitar epidemias, o Estado passou a construir uma estrutura de controle sobre os hábitos corporais da população. Chegou-se até a

pensar em derrubar o Pão de Açúcar (como seria feito mais tarde com o Morro do Castelo) para que a cidade recebesse melhor ventilação...

Ao identificar a doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro, a República apoiou amplos projetos higiênicos, dando início às campanhas de saneamento. O movimento higienista desempenhou importante função na legitimação do papel do Estado no campo da saúde pública, sobretudo na perspectiva de superação dos “males do país”, até então entendidos como irremediáveis (SCHWARCZ, 1997). Para coordenar a campanha de saneamento da cidade foi convidado o médico sanitário Osvaldo Cruz, outro símbolo do “autoritarismo ilustrado”, para a direção geral da Saúde Pública. Em outubro de 1904, o Congresso aprovou a lei da vacina obrigatória para todos os brasileiros com mais de seis meses de idade.

O processo de modernização e de higienização da cidade não foi simples e nem uma unanimidade. O início das obras de demolição provocou grande insatisfação, não só entre os moradores das casas populares e dos cortiços, como também entre os comerciantes do Centro, bem como a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, considerada pela população como atentatória à livre manifestação da vontade dos cidadãos. É de notar que os atos e decretos do governo pretendiam não só a reurbanização e higienização da cidade, mas, sobretudo, a imposição à população de uma forma autoritária, de novos hábitos e comportamentos condizentes com as novas descobertas da Biologia.

Diante das desapropriações feitas sem qualquer tipo de consulta ao povo e da obrigatoriedade da vacinação, as populações de baixa renda e as miseráveis das favelas reagiram no episódio que ficou conhecido como Revolta da Vacina, que durante quatro dias do mês de novembro de 1904 colocou em pé de guerra o Centro da cidade. No *Correio da Manhã*, jornal de oposição ao governo Rodrigues Alves, o senador positivista Lauro Sodré teve seu discurso publicado na edição do dia seguinte ao do início da revolta: “Esse governo só tem o rótulo de republicano, porque isto que nós temos como forma de governo é uma República falsificada e deve haver a repulsa porque à nação assiste o direito de repelir a força pela força [...] Essa lei iníqua, arbitrária e deprimente provoca a reação, que deve ser feita por todos os meios, inclusive a bala”. (*Correio da Manhã*, 6/11/1904)

A transformação urbanística do Rio de Janeiro veio acompanhada de um alto custo social. As populações pobres, na sua maioria negros e mestiços, que habitavam as cerca de 1.600 casas e cortiços demolidos do Centro, viram-se obrigadas a refugiar-se

em bairros distantes situados ao longo da via férrea, ou a subir os morros cariocas, originando as primeiras favelas da cidade.

### **Higienismo e eugenia entram em campo**

Ao preconizar normas e hábitos que colaborariam para o aprimoramento da saúde coletiva e individual, o movimento higienista, apesar de ser altamente heterogêneo sob o ponto de vista teórico nos seus fundamentos biológicos e ideológicos, dirigia-se fundamentalmente à população pobre constituída em sua grande maioria de negros e mestiços. O higienismo configurou não só a Biologia, mas estendeu seus conceitos à origem das ciências humanas e sociais modernas, que têm, no Brasil, certamente não por acaso, o estudo das raças como seu tema fundante sob a ótica do determinismo racial, numa perspectiva pessimista quanto ao futuro do país como Nação. A noção de raça foi uma das primeiras categorias construídas para estabelecer a desigualdade biológica entre grupos, o que implicava a hierarquização e a naturalização das diferenças, sobretudo sociais:

*[...] a ampla utilização de argumentos evolucionistas permitiu explicar cientificamente as diferenças, classificar as espécies, localizar os pontos de atraso. Partindo dos modelos das ciências naturais, esses pesquisadores buscavam uma ponte entre as espécies botânicas, zoológicas e a humanidade, que pudesse prever [...] um desenvolvimento comum. (SCHWARCZ, 1994: 140)*

A produção de conhecimento no interior da Medicina esteve bastante ligada à intervenção social, mantendo a função de disciplinarização e controle da massa urbana, ancorada principalmente na Psiquiatria alemã, cujo fundamento era o de uma eugenia radical, que defendia a purificação da raça. Essa concepção de caráter ideológico revigorou o mito ariano, que de certa forma compareceu nas teorias racistas que hierarquizaram a humanidade de tal forma que o homem branco ocupasse o topo da pirâmide. No Brasil esse papel foi desempenhado pelas elites brancas que buscavam excluir e segregar determinados grupos de indivíduos (no caso, negros e mulatos) por interesses políticos de dominação.

Nesse contexto, foi criada no Rio de Janeiro, em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, que tinha teoricamente o objetivo de melhorar a assistência aos doentes mentais, através da modernização do atendimento psiquiátrico. A higiene mental foi abordada mais como um problema de interesses políticos do Estado do que de saúde. A LBHM reunia diversos intelectuais, psiquiatras,

advogados, professores, políticos, higienistas, engenheiros e psicólogos, entre outros profissionais, atuando em indústrias, nas escolas e no ambiente familiar. A partir de 1926, os diretores da Liga, influenciados pelo contexto político e pelo contato com ideias alemãs, francesas e norte-americanas, mudaram sua orientação, de modo que uma clara tentativa de “normalizar” a população tornou-se o principal objeto para os médicos em seus esforços para estender sua atuação ao campo social.

No Brasil, as teorias eugênicas caminharam praticamente junto com o movimento higienista; daí a dificuldade de estudá-las separadamente, embora não se confundissem, apresentando diferentes orientações e práticas de intervenção, ora mais brandas, ora mais severas, mostrando a preponderância de uma ou outra abordagem. Nesse sentido, os princípios da eugenia e da higiene mental aglutinaram-se influenciando psiquiatras que pretendiam colaborar para a criação de uma nação próspera, moderna e mais saudável. Esse pensamento articulava-se diretamente às ações racistas, especialmente as dirigidas aos negros, visando ao embranquecimento racial do povo brasileiro. As teses da eugenia visavam fundamentalmente a dois propósitos: de um lado, aumentar o contingente das chamadas raças superiores e inibir o aumento das raças tidas como inferiores com vistas a minimizar os riscos de degeneração da sociedade brasileira; por outro, ajustar o Brasil aos parâmetros identitários dos grandes centros europeus, com vistas à participação do país no concerto das nações hegemônicas.

*[...] a chamada teoria do branqueamento reorganizou a leitura da hierarquia racial da sociedade brasileira. Em momentos posteriores, quando a tese da democracia racial já se fazia hegemônica, a reprodução da desigualdade sustentou-se tanto nos entraves à mobilidade social dos grupos mais pobres, como nos mecanismos mais ou menos sutis de discriminação, em que as categorias negro e branco continuaram a ser utilizadas na sociedade brasileira, influenciando o processo de mobilidade, restringindo o lugar social dos negros e operando mecanismos de inclusão e exclusão. (JACCLOUD, 2008: 135)*

Assim, o problema representado pela população negra e mestiça seria solucionado, no entender das elites brancas, pelo projeto de embranquecimento (VAINFAS, 2002). Basta ver que durante a Colônia e o Império cerca de 4 milhões de negros africanos foram trazidos como escravos para o Brasil, enquanto que entre 1884 e 1933 chegaram 4.055.413 imigrantes, segundo dados do IBGE (2000), ou seja, praticamente a mesma quantidade de indivíduos, constituída em sua esmagadora maioria de europeus.

### **A Psicologia entra no jogo**

No período destacado neste artigo, a Psicologia estava associada à Medicina e à Educação, e grande parte dos estudos que abordavam assuntos psicológicos era fruto de teses nas áreas de Psiquiatria, Neurologia, Medicina Social e Medicina Legal. Nessa época, muitos dos trabalhos faziam associações entre características etnicorraciais e tipos de caráter, atribuindo determinados distúrbios mentais a certas raças, no caso brasileiro, ao negro. Nesse sentido, sentimos neste trabalho uma insuficiência de dados a respeito da Psicologia propriamente dita, não só devido a esse atrelamento, mas também porque era uma ciência que estava apenas engatinhando à época.

Essa vinculação da ciência psicológica com outros saberes se deu de forma acrítica e dependente, e teve desdobramentos indesejáveis. A Psicologia, ainda que se pretendesse distinta da posição explicitamente racista assumida por uma Psiquiatria marcada pelas ideias eugenistas, colocando-se numa posição de suposta neutralidade, não entrou diretamente nessa questão, embora viesse indiretamente a contribuir com ela. Na ânsia de ganhar autonomia científica, a Psicologia manteve-se atrelada ao paradigma médico-biológico, desenvolvendo-se a partir da ideia de organismo, como um conjunto de funções, leis e órgãos, colocando no indivíduo seu núcleo central de preocupação, em conformidade com o pensamento naturalista e evolucionista do determinismo biológico que imperava nas ciências. O conceito de indivíduo muitas vezes apresentava-se como um *a priori* não problematizado, tanto na teoria como na prática profissional. Assim é que discussões sob a égide de dicotomias como indivíduo/sociedade, natural/social, inato/adquirido configuravam a existência de um indivíduo naturalizado e desenvolviam-se e continuam a ser travadas muitas vezes sem uma reflexão crítica até mesmo nos dias atuais.

Sem a devida clareza de seus pressupostos epistemológicos e arrastando sua herança positivista de medição e avaliação, a Psicologia praticada na época aplicava testes psicológicos de aferição de aptidões e habilidades (QI), que, como técnicas “científicas” e, portanto, “neutras”, não assumiam o posicionamento racista, embora para ele contribuíssem na medida em que, procurando medir diferenças individuais, acabavam por medir diferenças sociais, sendo que a questão racial era antes social do que biológica (ANTUNES, 1999). A Psicologia, ao reduzir a análise do comportamento humano a características inatas, inerentes à natureza dos indivíduos – descoladas do social –, numa prática diferenciadora e categorizadora, visando à homogeneização, redundava numa ação normalizadora e disciplinadora afinada com as estratégias restritivas de uma sociedade dita liberal.

*A constância e a regularidade existem, a bem dizer, tanto na natureza quanto na cultura. Mas na primeira aparecem precisamente no domínio em que na segunda se manifestam mais fracamente, e vice-versa. Em um caso, é o domínio da herança biológica, em outro, o da tradição externa. Não se poderia pedir a uma ilusória continuidade entre as duas ordens que explicasse os pontos em que se opõem. (LÉVI-STRAUSS, 1982: 46)*

Embora natureza e cultura sejam estados distintos do homem na sociedade, não se trata de estabelecer uma hierarquia entre as características biológicas e os fenômenos culturais e nem de antagonizá-los, e sim de buscar compreender as relações entre eles, nunca duais mas sempre dialéticas.

No interior dessa Psicologia, o natural e o social, já incipientemente separados, eram, no entanto, trabalhados em conjunto, relacionando-se de forma dual e determinista, onde as questões cognitivas e comportamentais relacionadas à população negra – questões de ordem social – eram tratadas como problemas heredoconstitucionais. Assim, ao qualificar de deformações de mentalidade ou desvios de conduta atitudes e comportamentos das classes desfavorecidas, termina por acolher, tangencialmente, a ideia de cultura de classes, que justifica tanto a posição social dessas classes quanto suas privações como resultados de deficiências internas dos indivíduos. No jogo político, econômico e social da época, conscientemente ou não, a Psicologia colocava-se de certa forma a serviço da política do “branqueamento.”

*O racismo - um verdadeiro “fenômeno social total” - se inscreve em práticas (formas de violência, o desprezo, a intolerância, humilhação e exploração), em discursos e representações que são tanto elaborações intelectuais do fantasma da profílexia ou segregação [...] que se articulam em torno de alteridades estigmatizadas (nome, cor da pele, práticas religiosas) [...] É esta combinação de práticas, discursos e representações, em uma rede de estereótipos afetivos, que nos permite dar conta da formação de uma comunidade racista (ou uma comunidade de racistas, entre os quais existem laços de “imitação” a distância) e da forma em que, como um espelho, indivíduos e coletividades que são vítimas de racismo (seus “objetos”) encontram-se obrigados a se ver como uma comunidade. Mas, por mais absoluta que essa restrição possa ser, obviamente, nunca poderá ser anulada como restrição para as suas vítimas: ela não pode ser interiorizada sem conflito [...] nem pode remover a contradição que vê uma identidade como comunidade atribuída a coletividades às quais é simultaneamente negado o direito de definir a si mesmas [...], e, o mais importante, é que ela não pode reduzir o excesso permanente de violência real que age por meio dos discursos, teorias e racionalizações [...]*

*Não há de fato nenhum racismo sem teoria (ou teorias). Seria completamente inútil questionar se as teorias racistas emanaram principalmente das elites ou das massas, das classes dominante ou das dominadas. É, contudo, evidente que são “racionalizadas” por intelectuais. E é da máxima importância investigar a função desempenhada pela teoria de construção de um racismo acadêmico (cujo protótipo é a antropologia evolucionista de raças “biológicas” desenvolvidas no final do século XIX) na cristalização da comunidade que se forma em torno do significante “raça”. (BALIBAR e WALLENSTEIN, 1991:17-18)<sup>1</sup>*

O discurso das diferenças de classe, bem mais do que os preconceitos de cor e raça, revela, na prática, os esforços das elites brancas para ampliar sua influência bem

como promover a exclusão de outros segmentos da sociedade brasileira, e mascara a tradicional herança colonial e agrária escravocrata de inferiorização e desqualificação do negro (VIOTTI DA COSTA, 1999).

Naturalmente, a partir da perspectiva de uma sociologia genética, o desajuste familiar e a desorganização das “classes baixas” seriam elementos imorais, desagregadores de um *ethos* necessário ao processo de urbanização em curso. Dentro desse contexto, apresentam-se aos pobres infectados de desordens e enfermidades sociais programas de controle social, de domesticação, adequados à sua inserção e integração ao ideário da palavra de ordem da modernização, ocultando suas diferenças, obrigando-os a incorporar as tradições e costumes da classe média branca em ascensão, sendo perversamente incluídos para viabilizar e legitimar uma estrutura de desigualdades.

*Aplauda-se o negro que consegue sobreviver em uma sociedade baseada no laissez-faire e na competência, aplauda-se o negro por seus esforços, pelo freio que impõe a seus desejos e impulsos individuais, por assimilar-se a um novo modo de vida [os padrões dos brancos de classe média]. Ao contrário, o fracasso de seus esforços por conter seus impulsos seria visto, claramente, como seu fracasso e não como o fracasso da sociedade – a história – tem por certo boa parcela da culpa. (GLAZER apud VALENTINE, 1972)<sup>2</sup>*

### **Deu zebra no campeonato carioca**

No fim do século XIX, a população do Rio de Janeiro, Distrito Federal desde a proclamação da República, alcançava cerca de 500 mil habitantes. Os esportes mais em voga então eram o ciclismo e o remo, introduzidos pelos europeus, e profundamente elitizados. Começaram a aparecer os primeiros clubes de regatas, como o Flamengo (1894), Botafogo (1895), Vasco da Gama (1898), São Christóvão (1899), entre outros grupos ou agremiações. A partir de 1902, o remo começou a perder importância com o surgimento dos primeiros clubes de futebol, destacando-se o Rio Football Club e o Fluminense Football Club. (ambos em 1902), o Botafogo Football Club. (distinto do Clube de Regatas Botafogo), o Bangu Athletic Club (1906), o América Football Club., o Rio Cricket Association (ambos em 1904) e o Paysandu Cricket. O futebol apareceria no Clube de Regatas Vasco da Gama apenas em 1915.

Os clubes de futebol tinham nomes em inglês e naquela época este esporte era praticado por brancos, muitos deles europeus ou universitários, todos pertencentes à classe média. Em 1912, ano em que o Clube de Regatas Flamengo participou pela primeira vez do campeonato de futebol, o campeão foi o Paysandu, em que todos os

jogadores tinham nomes ingleses, pois o clube só aceitava jogadores britânicos ou descendentes de britânicos.

É interessante notar que o “Bota-Abaixo” de Pereira Passos favoreceu a difusão do futebol entre as classes populares, pelo surgimento de terrenos baldios no lugar das antigas casas ou cortiços. Nestes locais, começou-se a praticar o jogo da bola, esporte que só necessitava de uma bola de meia e quaisquer objetos, como pedaços de madeira ou latas, usados como traves para balizar a boca do gol. Assim, o futebol começou a popularizar-se, e viria, anos mais tarde, tirar a hegemonia do ciclismo e dos esportes náuticos, extremamente caros, tão em voga nos começos do século XX.

Na década de 1920, já havia, no Rio de Janeiro, clubes da segunda divisão, como o Bangu Atlético Clube, que tinham jogadores negros em suas equipes. Em 1922, o Vasco da Gama, que fazia parte dos clubes integrantes da segunda divisão, já se destacava entre os demais clubes. Segundo Mário Filho (2003), como o Vasco fazia parte da segunda divisão, esse destaque não teria desagradado aos grandes clubes.

*Ninguém ligou para importância à ida do Vasco para a primeira divisão. Que é que podia fazer um clube da segunda divisão [...] O Vasco que botasse quantos mulatos, quantos pretos quisesse no time. Tudo continuaria como dantes, os brancos levantando os campeonatos, os mulatos e os pretos nos seus lugares, nos clubes pequenos (RODRIGUES FILHO, 2003: 121).*

No ano de 1923, houve uma surpresa: o campeão carioca foi o Clube de Regatas Vasco da Gama, fundado por imigrantes portugueses, com uma equipe mista, de mulatos, brancos e negros, moradores de bairros populares, como a Gamboa e a Saúde, formada por operários, motoristas de caminhão, pintores de parede, peões de obra (MURAD, 1999).

Há pelo menos duas versões conflitantes que tentam interpretar essa inquestionável vitória do Clube de Regatas Vasco da Gama sobre os clubes aristocratas, como o Fluminense, o Flamengo, o América e o Botafogo, neste campeonato disputado na cidade do Rio de Janeiro. A primeira, defendida pioneiramente por Mário Rodrigues Filho no seu seminal *O Negro no Futebol Brasileiro*, e seguida por vários pesquisadores, como Ronaldo Helal (2011), Hugo Lovisoló (2001), Mauricio Murad (2007), em que se afirma que a presença de negros e mulatos pobres no time vascaíno representou a quebra das barreiras racistas no futebol, dando início a uma política de inclusão desses segmentos da população, embora não se extinguisse a mentalidade preconceituosa da sociedade da época (e até nossos dias, acrescentaríamos). Outra, representada principalmente pelo pesquisador Antonio Jorge Soares (1999), entre

outros, em que se procura demonstrar a “farsa” dessa pretensa abolição do racismo por parte do Clube de Regatas Vasco da Gama, e apresenta uma versão técnica, isenta de conteúdo racista, para a resposta dos “clubes de brancos” com a fundação da AMEA (Associação Metropolitana de Esportes Atlético), substituindo a enfraquecida METRO ou LMDT (Liga Metropolitana de Desportos Terrestres).

O presente artigo tenta uma abordagem de meio de campo entre as duas correntes anteriores. Por um lado, reconhecemos que não se operou “uma verdadeira revolução” no futebol brasileiro, como afirma Mário Filho (2003), na medida em que a inclusão dos negros no futebol revela mais uma faceta da mística da “democracia racial” no projeto de construção de uma identidade nacional; por outro, no nosso entender, a fundação da AMEA não representou apenas uma iniciativa focada essencialmente no embate profissionalismo *versus* amadorismo, alheia à questão do racismo, como pretende fazer crer Soares (1999).

Nesse sentido, a incorporação de atletas negros no “Gigante da Colina” (como é muitas vezes denominado o Vasco da Gama) e a sua saída da AMEA em 1924 – a “Resposta Histórica”, como ficou conhecido esse episódio – representaram uma conquista importante dos negros, embora essa vitória não tenha significado de fato a inclusão desse segmento da população na sociedade brasileira, e tampouco tenha abolido o racismo no futebol. Por outro lado, procuramos mostrar que a reação dos clubes “aristocráticos”, através da criação da AMEA, teve concretamente um sentido de impor barreiras de cor e classe no futebol.

A primeira vitória de um time formado por negros teria abalado a estrutura hierárquica de uma sociedade onde havia discriminação racial e social ou foi um gol anulado?

Novamente, defrontamo-nos com a encruzilhada das representações sobre a “raça negra” no futebol brasileiro: a da construção positiva da identidade nacional por meio do elogio aos atributos corporais privilegiados do negro em contraposição à racionalidade do branco e a da negatividade do elogio, através do efeito perverso da integração para a manutenção da hierarquização social oriunda do regime escravocrata, mantendo as desigualdades sociais e raciais. Essa ambivalência reflete a intenção velada das elites dominantes de distanciar os negros das atividades superiores ou intelectuais, elegendo o futebol como um dos espaços privilegiados de integração subordinada aos valores de uma sociedade republicana e oligárquica.

O sucesso dos negros nos campos de futebol mostrou aos espectadores e aos cronistas da época a supremacia da “raça” (na sua acepção biologizante) no que dizia respeito ao uso do corpo. O drible é um bom exemplo dessa pseudoverdade: como era proibido aos jogadores negros ou mulatos encostar, esbarrar e muito menos derrubar um jogador branco, os atletas negros, na busca por um espaço para passar com a bola, teriam aproveitado a ginga, o jogo de corpo, a malandragem, técnicas corporais adquiridas na capoeira e no samba – patrimônio da cultura afro-brasileira –, enfim, o que caracterizaria por muito tempo o futebol praticado no Brasil.

*As vitórias dos negros não serviam apenas para o reconhecimento dos afrodescendentes em termos legais, uma vez que há pouco – pensando historicamente – haviam sido reconhecidos como homens livres. As vitórias serviram também para integrar e maximizar a vocação dos negros para as atividades corporais. (ABRAHÃO e SOARES, 2009: 16-17)*

Para se entender melhor a dinâmica do futebol brasileiro na década de 1920, é preciso salientar o conflito existente na época entre as teses dos defensores do amadorismo e do profissionalismo nos clubes de futebol. Os primeiros representavam a elite branca, os “cavalheiros”, a aristocracia burguesa, que haviam fundado e ocupavam postos de direção e comando nos “clubes de brancos” da zona sul do Rio de Janeiro: Fluminense, Flamengo, Botafogo. Os segundos achavam-se nos clubes do subúrbio, como o Vasco da Gama. É interessante notar que, já nessa época, o futebol atraía grandes massas de torcedores aos campos onde se realizavam as partidas, e cobrava-se ingresso. Alguns clubes passaram a remunerar os seus atletas, e pagavam o “bicho” – como era chamada a remuneração pelas vitórias alcançadas –, caso do Vasco da Gama, praticando o chamado “amadorismo marrom” (provavelmente, em referência à cor da pele dos jogadores, quase todos pretos ou mulatos). Ao mesmo tempo, havia uma preocupação do governo brasileiro de não perder seus melhores atletas para o futebol europeu (Itália, Espanha) e sul-americano (Argentina, Uruguai), principalmente após a realização do Campeonato Sul-Americano de 1919.

Desse modo, pode-se inferir que a preocupação da nova entidade do futebol carioca, a AMEA, com a valorização do amadorismo fosse, na verdade, uma capa para esconder suas verdadeiras intenções, quais sejam, manter o futebol sob o domínio exclusivo de uma elite branca. A AMEA não proibia os negros no futebol, mas seus regulamentos criaram uma série de empecilhos e normas a serem obedecidas pelos clubes. Tratava-se, na verdade, de um racismo “à brasileira”. Não foi por acaso que os regulamentos da AMEA previam uma fiscalização rigorosa sobre a vida pessoal e social

dos atletas – os estatutos da nova Liga exigiam comprovação da renda e do local de trabalho. Para o Bangu Atlético Clube, essa regra seria relativamente fácil de cumprir, pois seus jogadores eram operários da fábrica de tecidos localizada no bairro que deu nome ao clube. Já para o Vasco da Gama, a situação era completamente diferente.

*Capítulo III - DA ADMISSÃO DE MEMBROS DA AMEA*

*Art. 5º item 10 - Indicar de seus atletas o número e o nome por extenso; a residência actual e a anterior; a profissão que actualmente exercem e a que exerciam precedentemente; o local em que a praticavam e o em que praticam; e bem assim o nome das pessoas sob cuja direcção a exercitavam e exercitam.*

[.....]

*Capítulo IX - DA INSCRIÇÃO DOS AMADORES, SUAS FORMALIDADES E REQUISITOS*

*Art. 65 - Não poderão, porém, ser inscriptos:*

*item 2 - os que tirem os seus meios de subsistência de qualquer profissão braçal, considerando-se como tal a em que predomine o esforço physico;*

*item 7- os que não saibam ler ou escrever correntemente;*

*item 9 - os que habitualmente não tenham profissão ou empregos certos.*

(Trecho do Estatuto da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos - AMEA, Rio de Janeiro, 1924)

Em 1923, pela primeira vez um clube de futebol venciu um torneio importante, o campeonato carioca da primeira divisão, com um time formado por negros, mulatos e brancos, praticamente semianalfabetos. É claro que não houve “milagre” algum. Segundo Mário Filho (2003), o clube de São Januário, treinado por um técnico estrangeiro – o uruguaio Ramon Platero –, possuía excelentes jogadores, dedicados quase que exclusivamente ao futebol, e que “viviam como meninos de colégio interno”. A vitória do Vasco da Gama desagradou aos grandes clubes. Desligando-se da METRO, criaram a AMEA, entidade para a qual o Vasco da Gama não foi convidado. Uma das razões alegadas era que o clube não possuía estádio próprio (o que só se concretizaria em 1926, com a inauguração do estádio de São Januário, o maior do país até então, com capacidade para 50 mil pessoas).

A criação da nova Liga inscrevia-se no cenário que já descrevemos, o do racismo velado que permeava todos os setores da sociedade brasileira na época, e do qual o futebol, que começava a se afirmar como um esporte de massas, não poderia deixar de constar.

*Enfim, por que o futebol estaria imune às representações sociais do negro e da mestiçagem que se constituíam num discurso ou num idioma que imperava em todas as outras instâncias da vida social, incluindo as políticas públicas (discussões sobre legislação imigratória, reformas penais etc.)? Parece no mínimo um contrassenso imaginar que o futebol, desde o período de sua implantação como fenômeno cultural de massa, pudesse ficar imune à penetração das representações sociais do negro e da mestiçagem. (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001: 62-63)*

A presença marcante dos negros nos campos de futebol não só atendia ao ideário da integração como indicava os locais de atuação que os negros deveriam ocupar na nova sociedade pós-escravocrata. O futebol seria assim um espaço que serviria para integrar e dar visibilidade aos negros, ao mesmo tempo em que mantinha as hierarquias numa sociedade confrontada pelo valor republicano da igualdade e pela herança aristocrática e escravocrata presente não só na cultura como também na vida social e política na República Velha. Do gingado como estratégia de conquista de espaço no futebol à posição de estátua congelada no espaço da sociedade, o negro experimenta a face perversa da luta pelo seu reconhecimento social, num processo de inclusão que termina por reforçar a exclusão. O suposto atavismo de habilidades corporais predestinando os negros às práticas desportivas poderia condená-los à internalização desse preconceito: “Sob a pressão da concorrência, na forma de severas disputas esportivas, a ascensão dos homens de cor para a ‘primeira divisão’ tornou-se inevitável – um fato que gerou muitos conflitos psicológicos, pois o que valia no jogo não podia impor-se tão rapidamente na vida”. (ROSENFELD, 1993: 86-7)

### **Fim de jogo?**

Não é á toa que, neste artigo, decidimos voltar aos finais do século XIX e inícios do século XX. Foram inúmeros os episódios de discriminação racial enfrentados pelos negros e mulatos no futebol, destacando-se a década de 1920. Nossa intenção nessa volta é não apenas a de avivarmos a memória da relação entre Abolição e advento da República – fatos históricos que assinalam o início do discurso do racismo no Brasil – bem como o reconhecimento de que essas marcas do racismo continuam presentes, até os dias de hoje, não só na sociedade como um todo, mas também no interior do futebol. Este tema – futebol e racismo – constitui o objeto deste artigo, pois o futebol é um lugar de grande visibilidade onde se produzem e reproduzem tanto desigualdades sociais como raciais.

Um outro ponto a destacar é que no debate sobre o racismo no futebol, nos deparamos com defesas e ataques polarizando a discussão, e muitas vezes confrontando uma tese em relação a uma outra, cada qual reivindicando para si o monopólio da verdade.

Contudo, as pesquisas realizadas sobre a temática do racismo no futebol têm mostrado, de forma recorrente, que essas interpretações, quando isoladas, não conseguem explicar a totalidade desse fenômeno social complexo. Assim, não nos

colocamos nem inteiramente a favor, nem inteiramente contra quaisquer teses ou procedimentos metodológicos na interpretação do racismo no futebol. Quer se trate de trabalhos acadêmicos ou de escritos jornalísticos, entendemos que ambas as abordagens são parciais, não podendo dar conta da multiplicidade de fatores envolvidos no fenômeno, sem deixar de reconhecer, no entanto, o valor das pesquisas e obras publicadas, inclusive pela sua natureza vária de interpretação.

Ainda que reconheçamos a dificuldade de isolar variáveis ou fatores que possam mensurar a discriminação racial e social presentes no futebol, não há dúvidas de que ela está entranhada na dinâmica da sociedade brasileira devido ao histórico da naturalização social da condição subalterna da população negra marcada pela herança do escravismo.

Apesar de reconhecermos ser o futebol uma atividade esportiva amplamente difundida e popularizada no Brasil, como prática social ele não poderia estar imune aos mecanismos raciais de discriminação, nem poderia deixar de reproduzir a ordem da distribuição do prestígio e privilégios sociais inerentes ao caráter de exclusão da sociedade capitalista. Não por acaso, é mínimo o percentual de negros nos postos de comando e gestão dos clubes. Em contrapartida, de modo algum podemos deixar de assinalar como histórica a vitória do Vasco da Gama, há 90 anos, no distante 1923, quando foi o primeiro clube de futebol no Rio de Janeiro a ganhar um título com atletas negros, oriundos das classes populares e discriminados, como forma de enfrentamento e resistência ao elitizado futebol da época.

Talvez haja algum prejuízo no corte e recorte das colocações deste artigo para dar conta de uma escolha interpretativa que poderíamos chamar de uma abordagem de múltiplos olhares. Assim é que a visada sobre o racismo deixou de lado uma série de questões relevantes para a compreensão de um fenômeno social de tamanha complexidade, que neste artigo foi tratado de forma tangencial, circunscrito à questão do futebol.

Nestas breves considerações finais queremos, no entanto, reafirmar que a noção de progresso do lema positivista (“o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”), criada no final do século XIX e hoje tão contestada frente aos seus efeitos devastadores em escala planetária, foi uma das ideias centrais da ideologia republicana no Brasil. Para o ideário republicano eram fundamentais a industrialização e o trabalho livre.

Em boa medida, o princípio que conduz tanto a escravização do negro quanto a abolição da escravatura é o domínio do homem branco (leia-se grandes proprietários de

terras e burgueses), que, com sua racionalidade, não apenas se considera no topo da História humana, mas se utiliza de formas violentas na colonização e exploração de regiões e de povos não europeus como objetos ou instrumentos no seu projeto de dominação econômica, social, política e ideológica, tanto nos momentos de expansão quanto nos de crise do sistema capitalista.

Queremos ainda registrar que a inserção dos negros no futebol de forma nenhuma se deu sem reações e oposições das elites dominantes, e demandou por parte da população negra a utilização de estratégias contra-hegemônicas.

Quer seja no futebol ou em qualquer outro campo, o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais sempre se deu, ao longo da História, através de uma luta que põe em questão as relações de poder rumo à construção de uma forma de viver insubmissa às normas e convenções instituídas pelas classes dominantes.

Por outro lado, a imagem idealizada de um país isento de preconceito racial criou o ambiente propício para que o racismo fosse reproduzido no país de forma oculta e velada até os dias de hoje. Contudo, a questão da raça é constantemente atualizada, principalmente quando defrontada com o mito da democracia racial, a desigualdade de oportunidades entre negros e brancos, como, por exemplo, na polarização do polêmico debate em torno das cotas raciais nas universidades públicas.

De todo modo, em que pesem suas limitações, é a busca de relações entre futebol, racismo e sociedade que dá o tom deste breve artigo.

### **Referências**

- ABRAHÃO, Bruno O. de Lacerda e SOARES, Antonio Jorge. O elogio ao negro no espaço do futebol: entre a integração pós-escravidão e a manutenção das hierarquias sociais. Campinas: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 30 (2): 9-23, jan 2009.
- ANTUNES, Mitsuko A.M. *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Marco Editora/EDUC/PUC, 1999.
- BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, class: ambiguous identities*. London-New York: Verso, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

- HELAL, Ronaldo. O racismo no futebol carioca na década de 1920: imprensa e invenção das tradições. Fortaleza: *Revista de Ciências Sociais*. 42 (1): 77- 88, jan/ jun 2011.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- JACCOULD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mario (org.). *As políticas públicas e desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição*. Brasília: IPEA, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MURAD, Mauricio. *A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- ROSENFELD, A. *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo/Campinas: Perspectiva/Edusp/Ed. Unicamp, 1993.
- SHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo da miscigenação: cientistas, instituições e pensamento racial em finais do século XIX. São Paulo: *Estudos Avançados*. 8 (20): 137-52, 1994.
- \_\_\_\_\_. Da cor da raça. *Novos Estudos*, n.48. São Paulo: CEBRAP, jul. 1997.
- SOARES, Antonio Jorge. O racismo no futebol do Rio de Janeiro nos anos 20: uma história de identidade. São Paulo: *Revista Paulista de Educação Física*. 13 (1): 119 -29, jan/ jun 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VALENTINE, Charles A. *La cultura de La pobreza: crítica y contrapropuestas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1972.

Mary Suely Souza Barradas  
Psicóloga. Professora de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação pelo IESAE/FGV. Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
e-mail: [marybarradas@yahoo.com.br](mailto:marybarradas@yahoo.com.br)

Oscar Guilherme Pahl Campos Lopes  
Bacharel e licenciado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio.  
e-mail: [ogepecele@yahoo.com.br](mailto:ogepecele@yahoo.com.br)

<sup>1</sup>“Racism -- a true ‘total social phenomenon’ – inscribes itself in practices (forms of violence, contempt, intolerance, humiliation and exploitation), in discourses and representations which are so many intellectual elaborations of the phantasm of prophylaxis or segregation [...] and which are articulated around stigmata otherness ( name, skin colour, religious practices). [...] It is this combination of practices, discourses and representations in a network of affective stereotypes which enables us to give an account of the formation of a racist community (or a community of racists, among whom there exist bonds of ‘imitation’ over a distance) and also of the way in which, as a mirror image, individuals and collectivities that are prey to racism (its ‘objects’) find themselves constrained to see themselves as a community. But however absolute that constraint may be, it obviously can never be cancelled out as constraint for its victims: it can neither be interiorized without conflict [...] nor can it remove the contradiction which sees an identity as community ascribed to collectivities which are simultaneously denied the right to define themselves [...] nor, most importantly, can it reduce the permanent excess of actual violence and acts over discourses, theories and rationalizations. There is in fact no racism without theory (or theories). It would be quite futile to inquire whether racist theories have emanated chiefly from the elites or the masses, from the dominant or the dominated classes. It is, however, quite clear that they are ‘rationalized’ by intellectuals. And it is of the utmost importance that we enquire into the function fulfilled by the theory-building of academic racism (the prototype of which is the evolutionist anthropology of ‘biological’ races developed at the end of the nineteenth century) in the crystallization of the community which forms around the signifier ‘race ‘.”

<sup>2</sup> “Se aplaude al negro que logra sobrevivir en una sociedad basada em el *laissez-faire* y la competencia, se ló aplaude por sus afanes, por el freno que impone a sus deseos e impulsos individuales, por asimilarse a um nuevo modo de vida [las pautas de lós blancos de clase média]. Por ló contrario, el fracaso en sus esfuerzos por sofrenar sus impulsos sería visto, desde luego, como *su* fracaso y no como el fracaso de la sociedad, aunque la sociedad – la historia – tiene por cierto buena parte de la culpa.”